



## PATRIMÓNIO E IDENTIDADES



Num Mundo que se distanciou de narrativas assentes na ideia de progresso, o passado impôs-se como um lugar de referência: assegurarmo-nos daquilo que fomos é indispensável para sustentar aquilo que pensamos ser. A recuperação do passado surge assim como um dos instrumentos simbólicos mais utilizados nas negociações identitárias.

As práticas culturais que se socorrem de mecanismos de representação que convocam o passado para pensar o presente acabam sempre por se traduzir, na medida em que o fragmentam, reorganizam e interpretam, na sua transformação, ou, para utilizar uma fórmula que se tornou incontornável, na sua “invenção”. A patrimonialização é uma dessas práticas. Associa a noção de património – que não é um dado, mas antes uma classificação socialmente construída e, portanto, constantemente negociada – a objectos específicos que passam a representar culturalmente os grupos que se consideram seus legítimos proprietários.

Na área metropolitana de Lisboa, tal como noutros contextos etnográficos, a patrimonialização abrange coisas tão diversas como paisagens, monumentos, arquitecturas populares, artesanato, romarias e homens; todos os objectos que possam, uma vez transformados em representações materiais do passado, servir de argumento às ficções identitárias das pessoas que nela habitam.



## Cartografar um passado para uma IDENTIDADE METROPOLITANA

Filomena SILVANO

Antropóloga

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

*Just wait until now becomes then.  
You'll see how happy we were.  
(Susan Sontag)*

Se lançarmos um olhar rápido pelos Mapas X.1 e X.2, que representam, respectivamente, o património classificado ou em vias de classificação e o património não classificado<sup>1</sup>, verificamos de imediato que a mancha do segundo é mais densa e mais extensa do que a do primeiro<sup>2</sup>. Trata-se da transcrição cartográfica de uma dinâmica que aqui se manifesta à escala local, mas que tem uma existência mais global: numa sociedade que se encontra marcada por transformações recentes das suas estruturas e que, ao mesmo tempo, se distanciou das narrativas assentes na ideia de progresso, o passado impôs-se como um lugar de referência. É neste contexto que assistimos ao aparecimento de uma multiplicidade de práticas culturais que sustentam as suas operacionalidades em mecanismos de representação que convocam o passado para pensar o presente, sendo que essas dinâmicas culturais aparecem frequentemente associadas a táticas de negociação identitária. Tal como refere Wyatt<sup>3</sup>,

*a certeza do que “fui” é uma componente necessária da certeza do que “sou” (Wyatt, 1964: p. 319).*

Uma vez que a convocação do passado integra os processos de afirmação identitária, torna-se evidente que falar de patrimonialização equivale a falar de representatividade social: as coisas que representam o passado, sejam elas objectos, rituais, narrativas ou paisagens, são sempre pertença cultural de grupos a favor dos quais reverte a valorização simbólica que resulta do mecanismo de patrimonialização. O discurso político, por estar hoje claramente empenhado nas dinâmicas de produção identitária, não pode prescindir da referência ao passado<sup>4</sup>, tal como a prática política não pode, dada a questão da representatividade social, prescindir da participação em actos de patrimonialização.

*A correlação entre interesses, valores e situações históricas de mudança, creio que permite entender estas activações patrimoniais como estratégias políticas (Prats, 1997: p. 32).*

No caso da área metropolitana de Lisboa, um conjunto territorial muito diverso, tanto do ponto de vista geográfico, como económico, social e cultural, faz todo o sentido pensar a questão do património no interior das dinâmicas de negociação da representatividade cultural das populações envolvidas. Face à forte presença da capital, Lisboa, a qual, conjuntamente com Sintra<sup>5</sup>, detém uma parte significativa do património monumental do País, os outros concelhos investem na colocação do seu próprio passado, que se materializa sobretudo noutro tipo de manifestações, no pacote comum do património. Tal como se verificou noutros países,

essas dinâmicas estão a traduzir-se num alargamento da área de actuação da categoria em causa. Num primeiro nível de observação, podemos dizer que esse alargamento se manifesta, por um lado, na definição dos objectos que integram o património edificado – onde aparecem novos edifícios, representantes de culturas rurais e operárias, como é o caso dos moinhos de vento e de maré e dos complexos industriais desafectados<sup>6</sup> – e, por outro, nas delimitações territoriais que envolvem os referidos objectos, que, graças à utilização de conceitos operativos como são os de “centro histórico”, “núcleo antigo”, “núcleo urbano histórico” e “núcleo rural”, foram consideravelmente aumentadas<sup>7</sup>. Num nível de observação mais lato, verificamos que o referido alargamento leva ainda à inclusão de outro tipo de manifestações culturais, as quais, por serem consideradas como objectos representativos de uma cultura local, regional ou nacional, passam a ser integradas, tal como os edifícios e os vestígios arqueológicos, na categoria de património<sup>8</sup>. Num trabalho que se centra no estudo das relações entre a cultura de cariz popular e a identidade nacional, João Leal fala, a propósito dos processos que venho a referir, em “objectificação da cultura”<sup>9</sup>.

*A objectificação é justamente esse processo que consiste na transformação de determinados traços da vida tradicional em objectos representativos de uma cultura nacional, coisas que só nós temos e os outros não, coisas sobre que repousa a possibilidade mesma de se falar de uma cultura nacional como própria, específica, distinta, original (Leal, 2000: p. 108).*

Rituais religiosos, festas laicas, práticas culinárias e fabrico artesanal de objectos são alguns dos actos performativos que hoje integram os processos de objectificação e de patrimonialização da cultura. Dada a actual globalização da economia de mercado, esses processos – frequentemente associados à afirmação de identidades locais e regionais – acabam por se articular com uma dinâmica mais geral, que coloca as “coisas culturais” no interior de sistemas de trocas económicas.

*A “Mercadorização” é um processo pelo qual as coisas (e as actividades) vêm a ser avaliadas principalmente em termos do seu valor de troca, num contexto de comércio, tornando-se desse modo bens (e serviços) (Cohen, 1988: p. 380).*

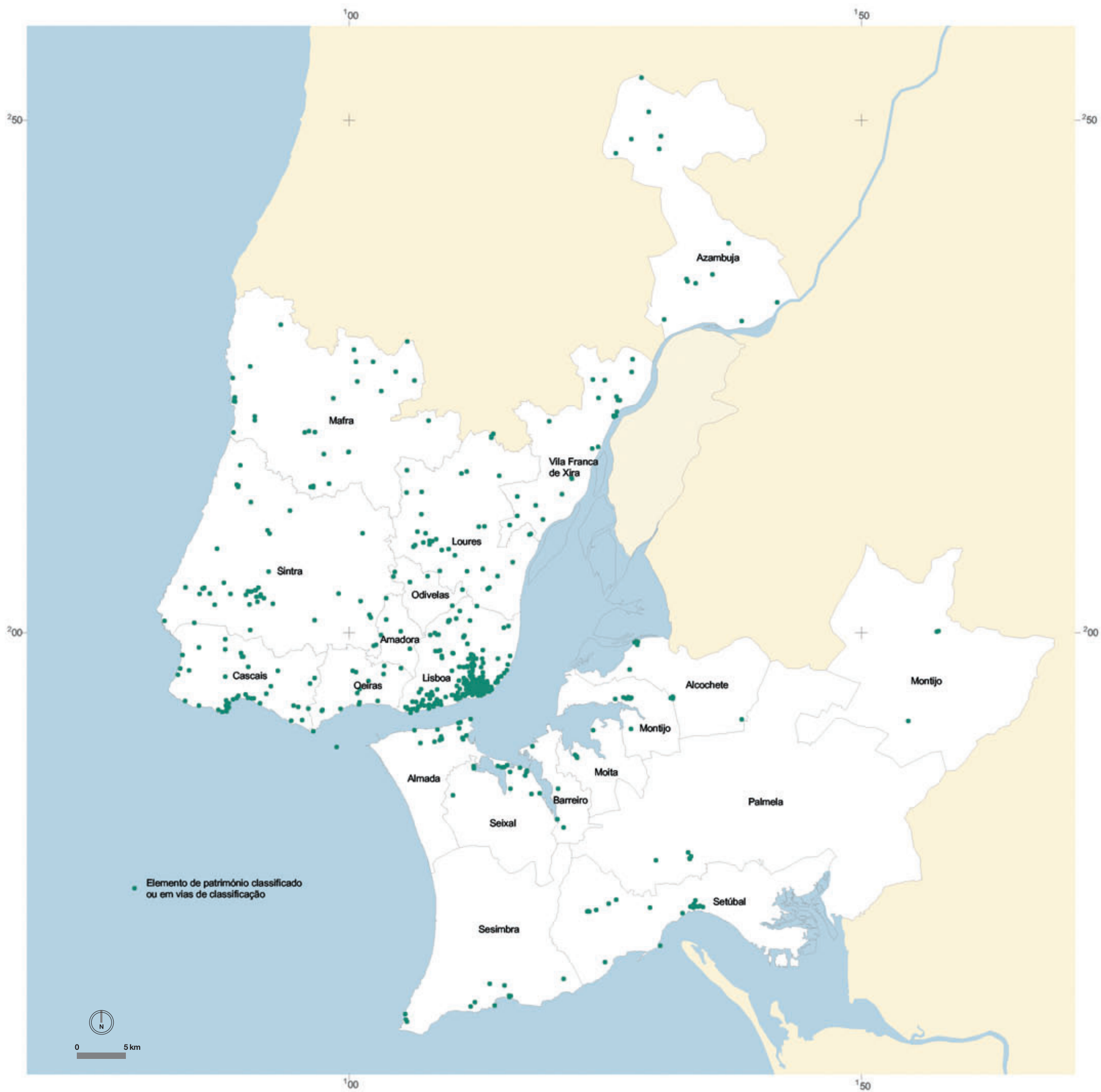


Fotografia X.1 Basilica da Estrela, Lisboa

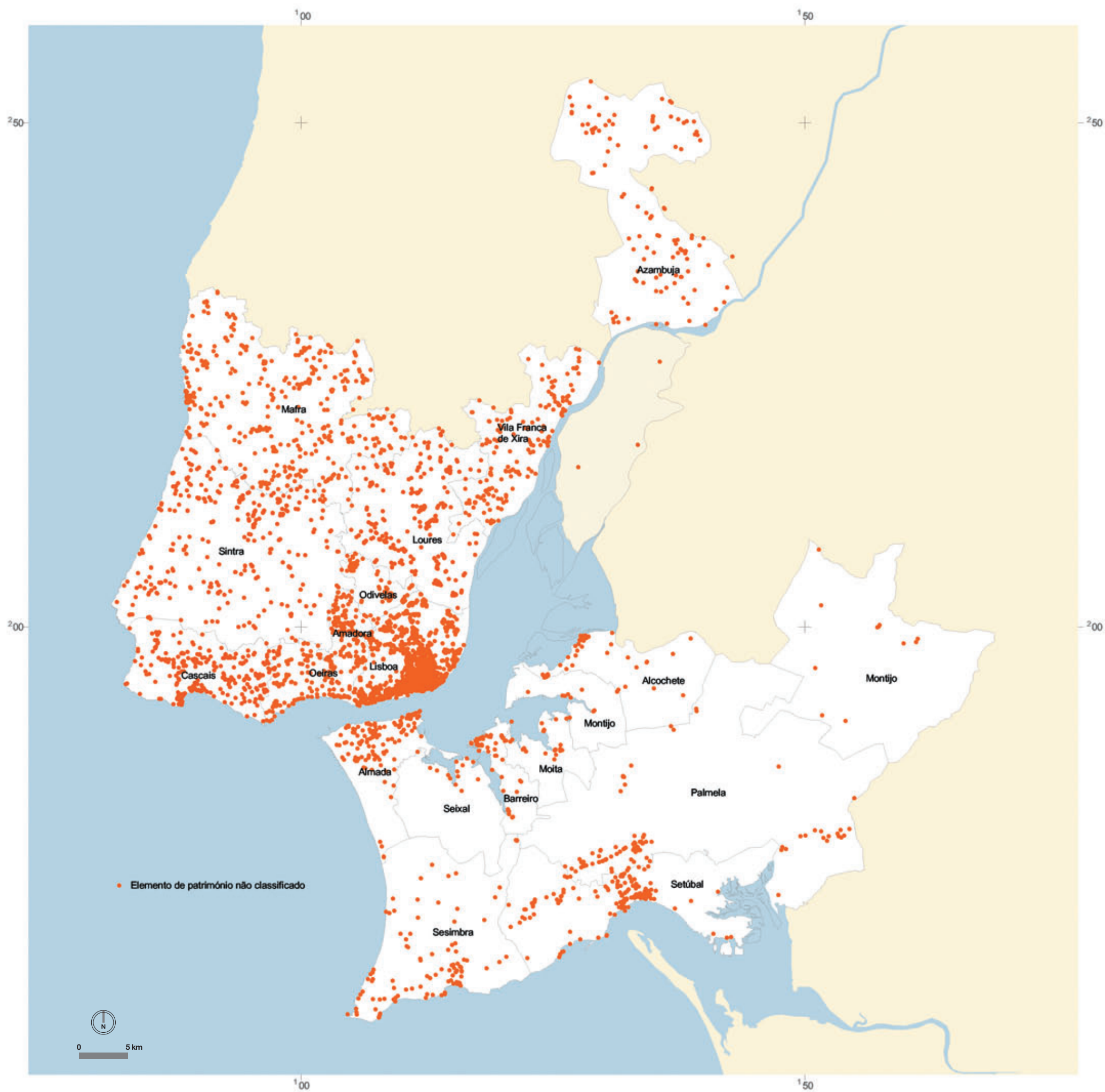


Fotografia X.2 Convento de Mafra

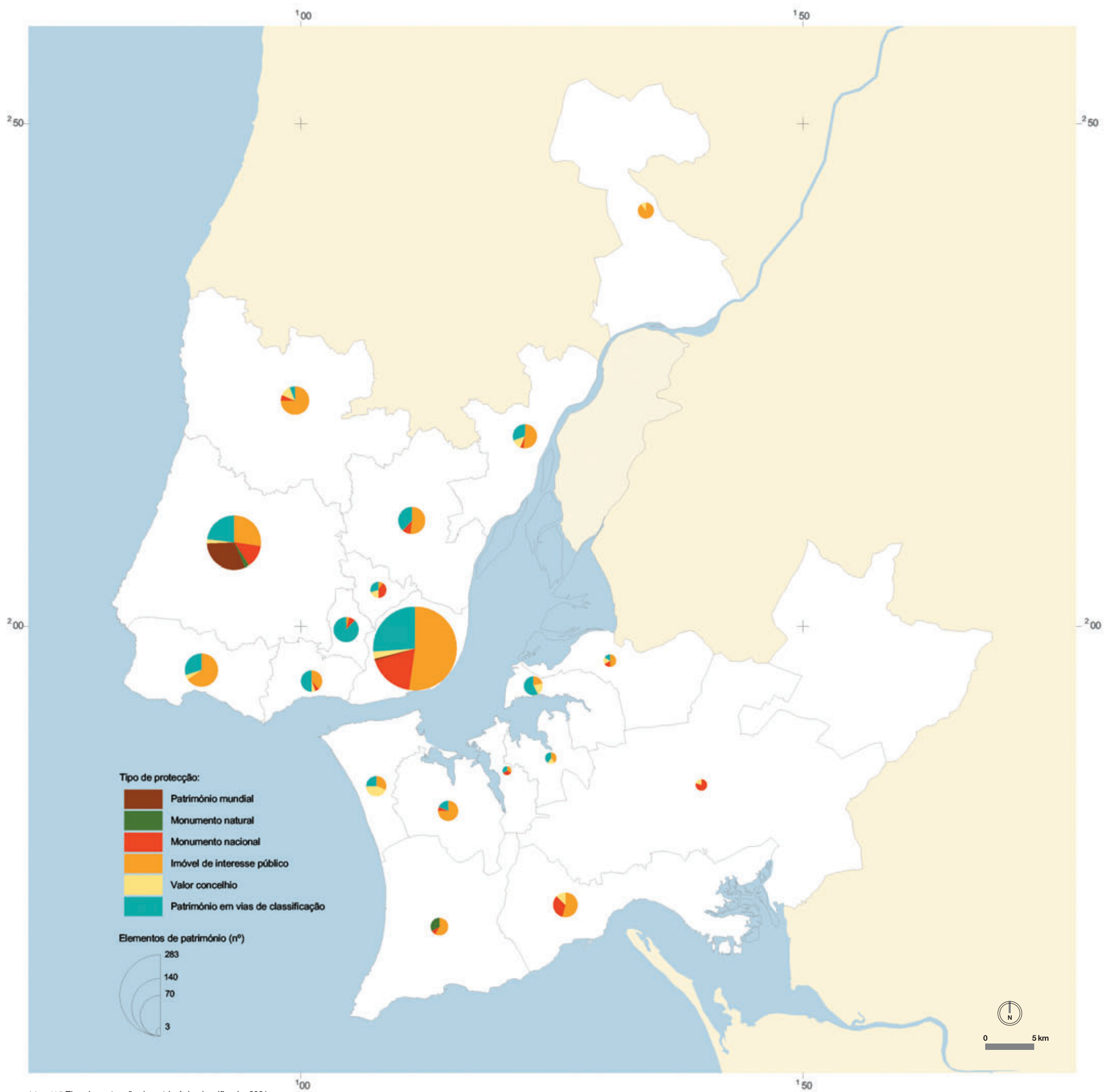
1. O património representado nos mapas deste capítulo (com excepção do Mapa X.11) corresponde aos elementos de património edificado e arqueológico que constam do Inventário Geo-referenciado do Património da Área Metropolitana de Lisboa. No “Património classificado” (Mapa X.1) estão incluídos todos os elementos classificados (ou em vias de classificação) pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), pelo Instituto de Conservação da Natureza (no caso dos Monumentos Naturais) e pela Unesco (no caso do Património Mundial). No “Património não classificado” (Mapa X.2) está incluído um leque bastante mais vasto de elementos, inventariados pela AML, em colaboração com técnicos das dezanove autarquias e de outras instituições locais.
2. Podemos daí deduzir que as autarquias classificam como “património” coisas que, segundo a lei portuguesa, não estão classificadas como tal, o que equivale a dizer que uma parte daquilo que é localmente reconhecido como património não está, neste momento, protegido pela lei da República.
3. Wyatt citado por Lowenthal (1986: p. 41).
4. Quando se refere às cerimónias comemorativas, Paul Connerton afirma que estas já não produzem um forte sentido da imitação como identificação mítica, mas “continuam, todavia, a produzir e a dar forma a um desejo de comunidade – o desejo de repetir conscientemente o passado, de encontrar sentido na recorrência celebrada” (Connerton, 1993: pp. 77 e 78).
5. Ver Mapa X.3: a presença relativa do património classificado como “Monumento nacional” é claramente superior em Lisboa e Sintra, aparecendo depois, de forma que podemos considerar significativa, em Setúbal, Loures, Mafra e Palmela.
6. Ver Mapa X.4.
7. Ver Mapa X.9.
8. A este propósito, vejamos os seguintes extractos do texto reproduzido num desdobrável intitulado “Rotas da memória - Itinerários do Património do Barreiro”, editado pela Câmara Municipal do Barreiro: “O Património Português é composto por todos os bens materiais e imateriais deixados pelos nossos antepassados, de importância Histórica, Social, Arquitectónica, Artística, Estética, Arqueológica e Técnico-Científica. Dos bens imateriais fazem parte todas as manifestações não materializadas da tradição cultural portuguesa (danças, lendas, tradições, histórias e saberes antigos). (...) A salvaguarda do património é primordial para a construção da identidade histórico-cultural das diversas vilas e cidades que conferem a Portugal a afirmação da sua identidade no contexto das Nações”. Veja-se ainda uma citação da publicação “Artesãos e Artesanato”, da Região de Turismo de Setúbal: “A Costa Azul encerra um património artístico artesanal, rico e autêntico, que revela, ainda hoje, a identidade da região e dos modos de vida das suas populações”.
9. Como João Leal (2000) refere, a proposta de desenvolver a noção de objectificação no contexto do estudo da produção de identidades nacionais foi feita por Handler (1988).



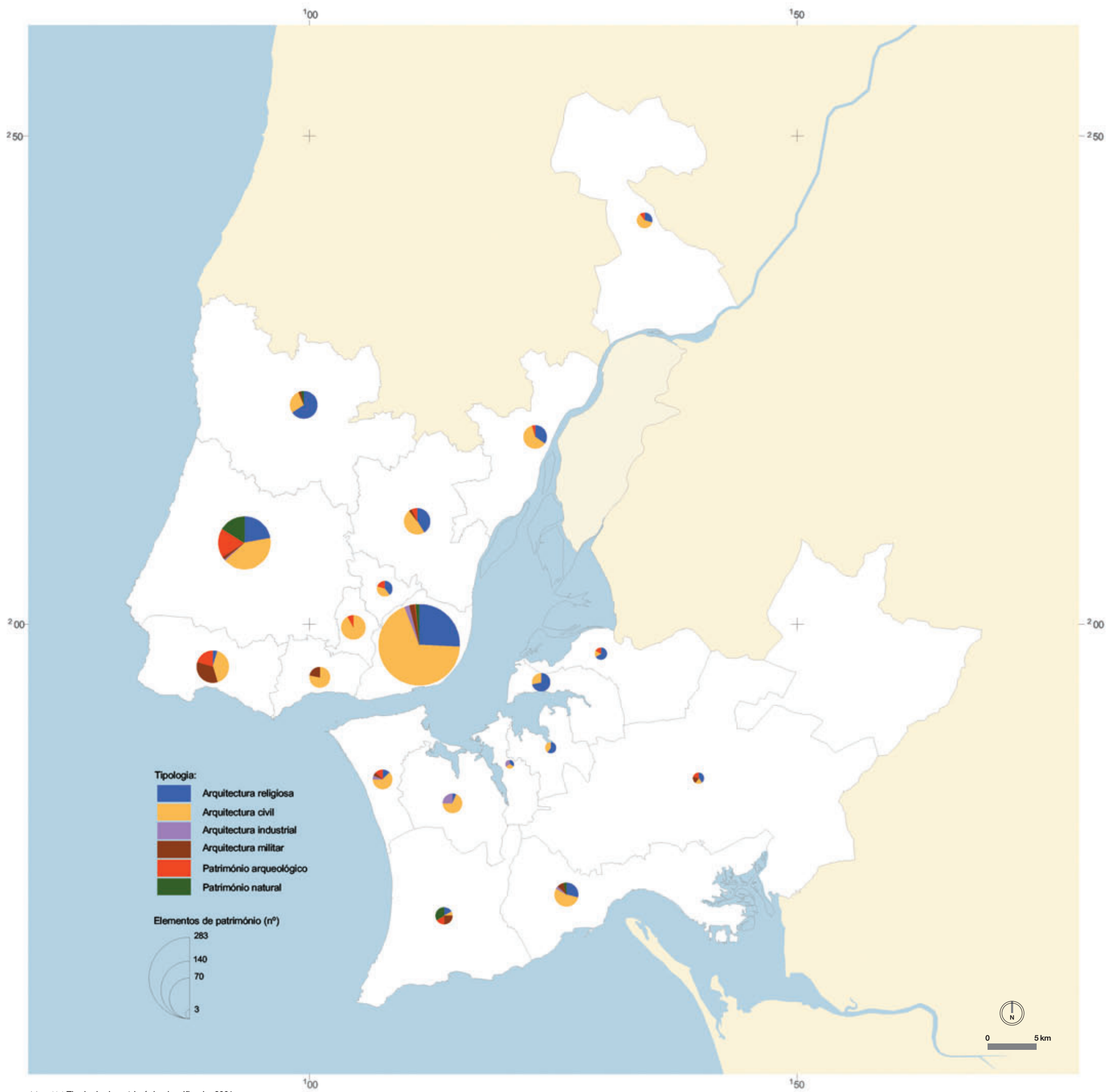
Mapa X.1 Património classificado ou em vias de classificação. 2001



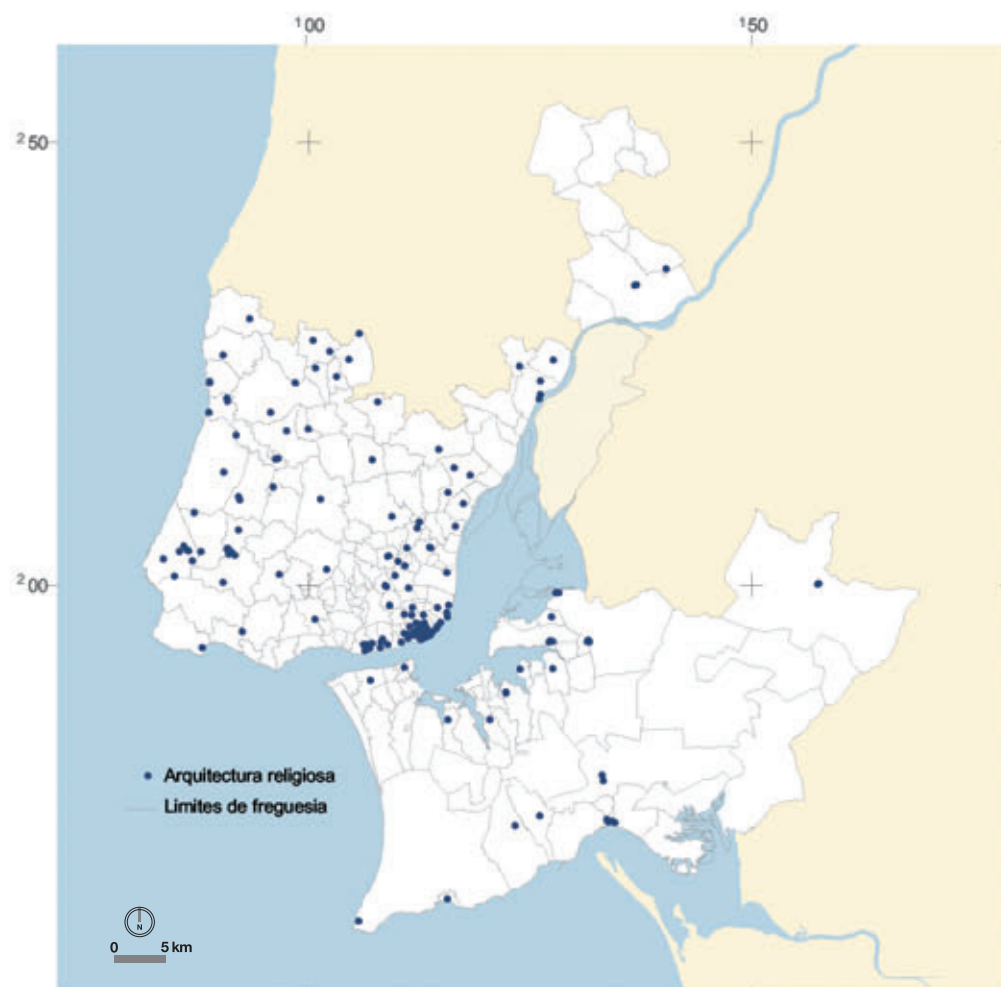
Mapa X.2 Património não classificado. 2001



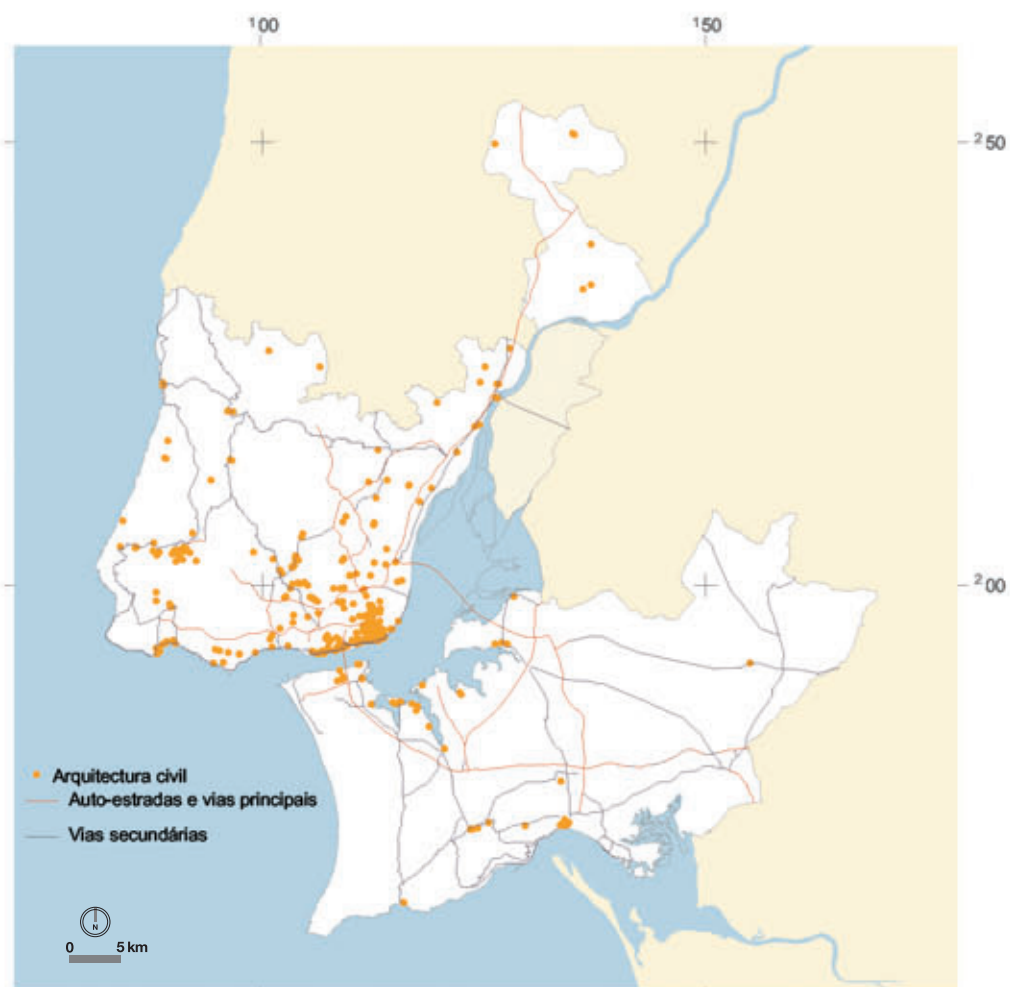
Mapa X.3 Tipo de protecção do património classificado. 2001



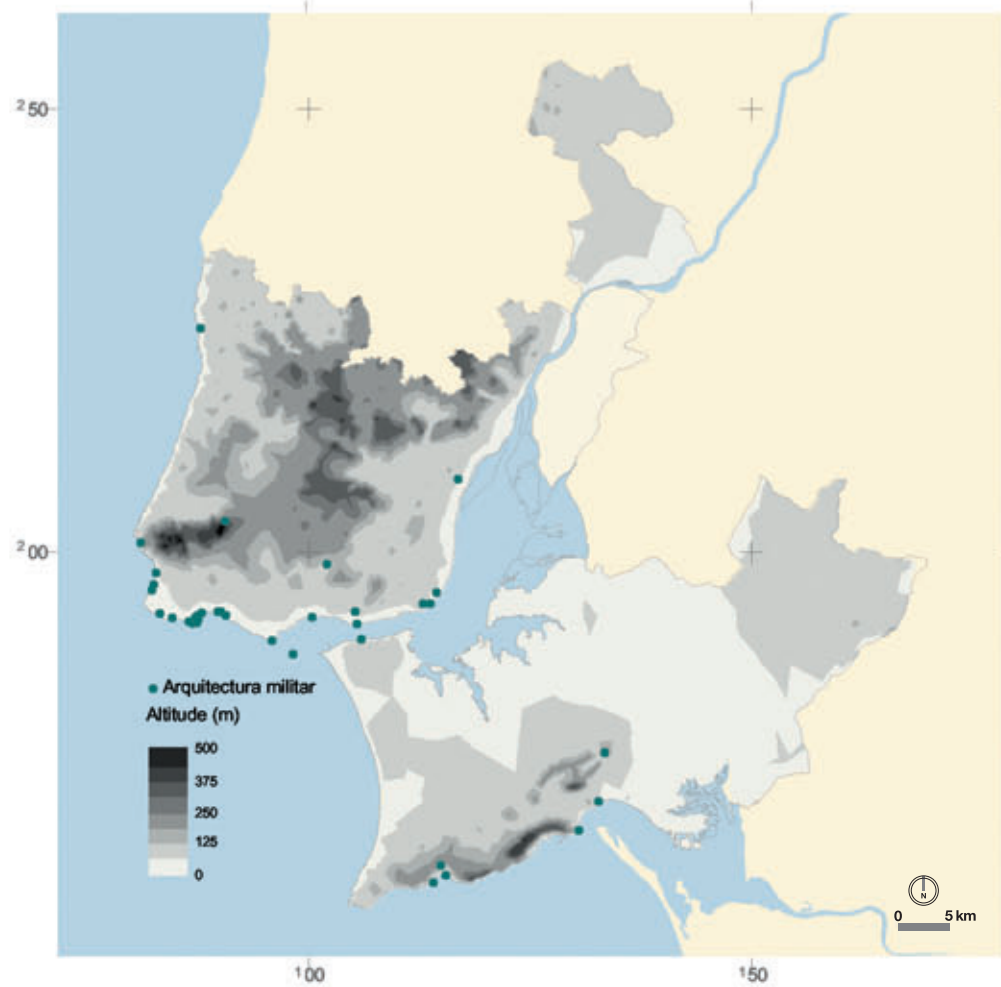
Mapa X.4 Tipologia do património classificado. 2001



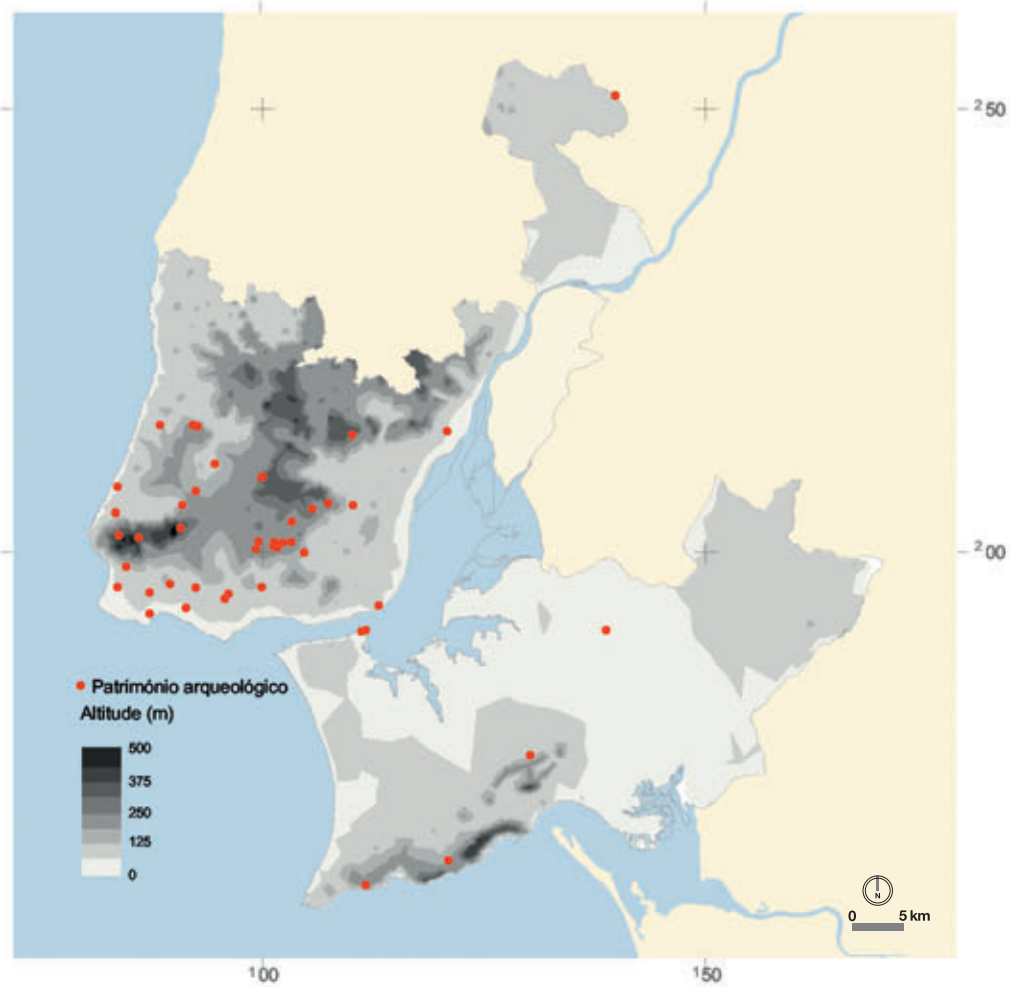
Mapa X.5 Elementos do património religioso classificado. 2001



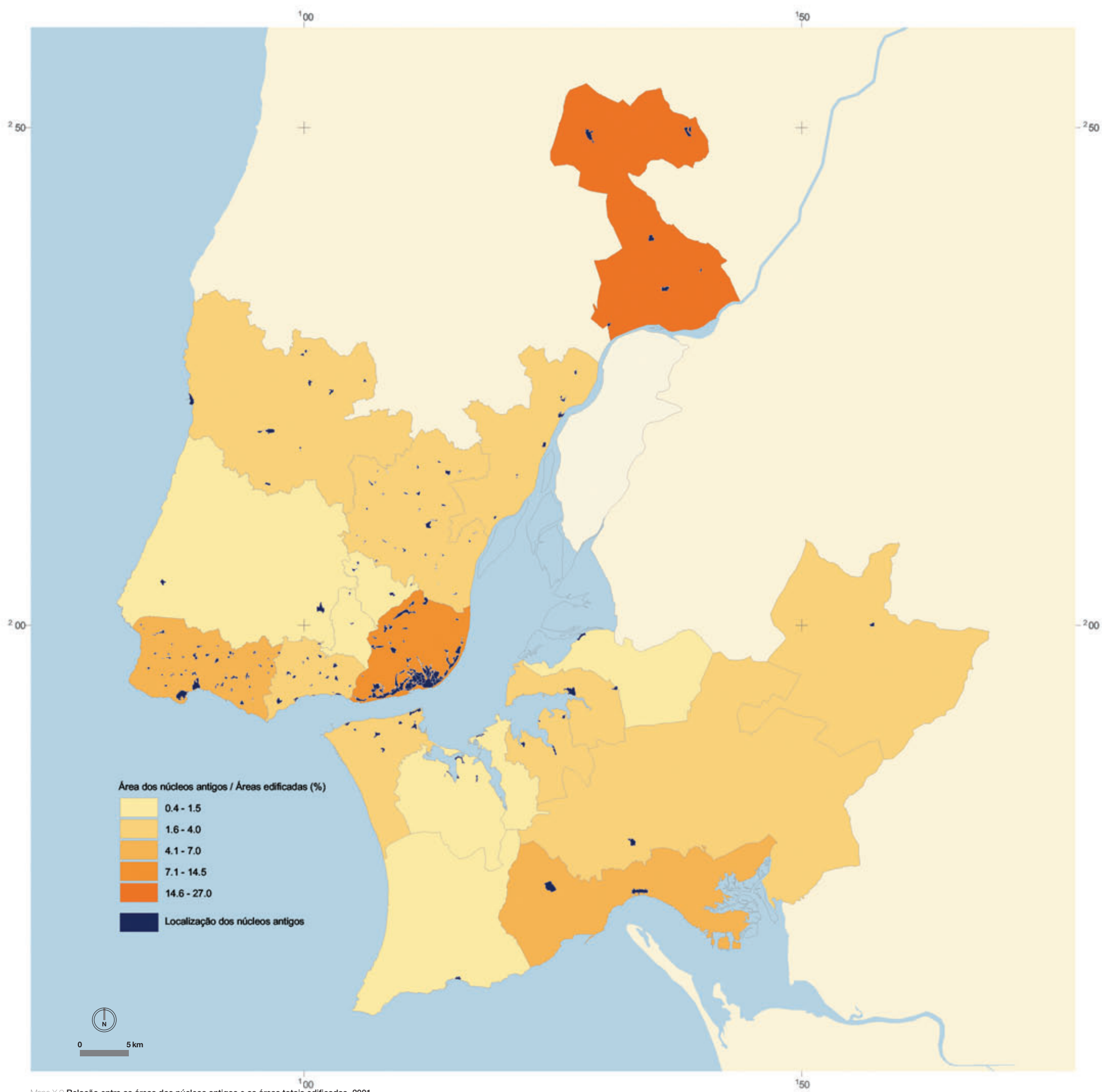
Mapa X.6 Elementos do património civil classificado. 2001



Mapa X.7 Elementos do património militar classificado. 2001



Mapa X.8 Elementos do património arqueológico classificado. 2001



Mapa X.9 Relação entre as áreas dos núcleos antigos e as áreas totais edificadas. 2001

O turismo, enquanto prática social que implica a deslocação constante de populações de origem cultural diversa, apresenta-se como o terreno privilegiado para o desenvolvimento dos processos que venho a referir. A objectificação da cultura prende-se, como vimos, com a necessidade de encontrar coisas a que a identidade dos grupos se possa fixar. Dito de outro modo, coisas que permitam o duplo movimento – de identificação consigo próprio e de diferenciação face aos outros – que o jogo identitário sempre implica. Nesse contexto, o turismo surge como um imenso jogo cultural em que populações do mundo inteiro se encontram para se reconhecerem como detentores de patrimónios culturais diferentes. A patrimonialização passa por isso, inevitavelmente, pela presença, mesmo que imaginária, de interlocutores exteriores à origem dos objectos tornados património; eles são indispensáveis ao movimento de colocação no lugar do outro que nos permite construir esse olhar que transforma as nossas próprias práticas culturais em algo de excepcional<sup>10</sup>. Como refere Erik Cohen (1988), o mercado turístico não só pode facilitar a preservação de tradições culturais que de outra forma teriam perecido, como permite, graças aos referidos processos de objectificação e de “mercadorização”, a criação de novos sentidos para as práticas culturais neles envolvidas<sup>11</sup>.

*Os produtos dirigidos aos turistas adquirem frequentemente novos significados para os nativos, ao tornarem-se um marco diacrítico da sua identidade étnica ou cultural, um veículo de auto-representação perante um público exterior (Idem: p. 383).*

## 1. DESENHAR NO PRESENTE AS PAISAGENS PARA O PASSADO<sup>12</sup>

Depois de algumas viagens pela área metropolitana de Lisboa, retive sobretudo imagens de um território em decomposição: os vales da zona saloia cobertos de construções de má qualidade, as zonas costeiras roídas por construções desconexas, a envolvente da capital transformada numa sucessão de dormitórios. Neste quadro geral, as imagens felizes são uma espécie de intervalo no desagrado das memórias. Têm, como provavelmente têm as imagens felizes da maioria dos viajantes, quase sempre a forma de paisagens.

Quando se escreve sobre paisagem, é frequente citar Cézanne, que um dia comentou que os camponeses dos arredores de Aix “não viam” o monte Sainte-Victoire. A referência a Cézanne serve para ilustrar a ideia segundo a qual a paisagem não é um conceito universal. Nasceu no Ocidente, na Flandres e na Itália do século XV, e resultou de uma transformação do olhar que permitiu, no dizer de Augustine Berque (1997), desfrutar, de forma profana, do “espectáculo do mundo”. Esta mudança de atitude produziu-se em ligação estrita com as transformações da pintura europeia e associou em definitivo à noção de paisagem a presença de componentes de ordem estética. É óbvio que os camponeses de Aix não viam o que Cézanne via, nem tão pouco o que viam todos aqueles que se deslocaram, e se deslocam, a Aix, para reconhecer no monte Sainte-Victoire as qualidades estéticas que viram nas pinturas de Cézanne. Ver aquilo a que chamamos paisagem implica portanto uma forma de olhar que é culturalmente construída. Hoje, essa construção, que se continua a socorrer de imagens pictóricas, mas que depende fortemente dos *clichés* fotográficos, decorre em grande parte do turismo.

O alargamento da noção de património à paisagem e a consequente delimitação de áreas protegidas surge no seguimento



Fotografia X.3 Monserate, Sintra

dessa construção cultural do olhar<sup>13</sup>. Tal como os monumentos, as paisagens, quando protegidas, permitem-nos a convocação do passado. No interior da área metropolitana, Sintra e a sua Serra, classificadas como “Paisagem Cultural – Património da Humanidade”, surgem, a este propósito, como um caso exemplar, uma vez que a paisagem que aí é hoje protegida é não só o resultado do “olhar romântico”, portanto de uma forma culturalmente específica de a conceber e de a produzir, como também das reproduções pictóricas e das descrições literárias que dela foram feitas.

*(...) a especificidade das circunstâncias históricas determinou que à cultura anglófona estivesse reservado lugar prioritário na génese e fixação da imagem de Sintra que, depois, irradiou para a Europa romântica. Mercê da abundância e diversidade dos testemunhos publicados e também do prestígio e ressonância atingidos pela voz de várias gerações de lusófilos, Sintra tornou-se gradualmente lugar emblemático do Romantismo que convida ao ócio criador, desencadeia as deambulações da fantasia, conduz à evocação reverente do passado, viabiliza a recuperação da inocência paradisíaca através do diálogo com toda a obra da criação, e desperta a consciência para o peso da herança histórica e para os imperativos de preservação e transmissão do património natural e cultural como estrutura orgânica viva. (...) Sintra é um daqueles locais onde, por mediação da literatura, a Natureza se transforma poeticamente em paisagem (Almeida Flôr, 1995: p. 26).*

*O que era imperioso aglutinar como objecto de classificação era, sim, essa espécie de encantatória comunhão entre o natural e o artístico, que a Serra roqueira forma com as suas unidades de ocupação multisseculares e com a sua aura de neblinas eternas, constante motivação romântica de poetas e pintores (Serrão, 1995: p. 12).*

No caso dos parques e das reservas naturais<sup>14</sup>, é estabelecido um outro tipo de relação com o passado, mais próximo de concepções que afastam o Homem da construção das paisagens. Aqui, o “mito” é o da paisagem natural, anterior e, nalguns casos, independente da presença humana. Concebidos como últimos redutos da natureza, os parques e as reservas privilegiam a aplicação de técnicas de exploração e transformação dos recursos de tipo tradicional, fazendo as paisagens depender da permanência de práticas profissionais que são viáveis apenas quando incluídas num contexto

mais geral de patrimonialização. A cultura de cariz popular, já sujeita aos necessários processos de objectificação, surge assim frequentemente associada às práticas de preservação da paisagem.

O Tejo, talvez porque se apresenta como um dos percursos de união da área metropolitana de Lisboa, está hoje a ser sujeito a um investimento paisagístico que integra alguns dos processos que venho referindo.

*À medida que antigos usos vão sendo substituídos, o Tejo vai recuperando o seu fulgor de grande espaço de união da Área Metropolitana. (...) Os barcos do Tejo e os antigos estaleiros tomam-se em novas escolas para os tempos livres, numa aprendizagem que recupera os saberes tradicionais, feitos de conhecimento ancestral e respeito pela natureza (Montijo – Antunes, 2001: p. 75).*

10. O Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Loures editou um Código de Ética Turística, redigido no seguimento do texto que resultou do “III Fórum Internacional de Parlamentares e Autoridades Locais” e aprovado na Assembleia Municipal de Loures a 12 de Outubro de 2000. Passo a citar extractos do artigo 4.º do referido Código de Ética Turística, intitulado “O Turismo e a defesa do Património”, reveladores de uma consciência política atenta às relações que se estabelecem entre práticas turísticas e patrimonialização: “Os recursos turísticos são Património, pertença de toda a humanidade. Em face da sua localização, as populações locais dispõem de direitos e obrigações especiais. As políticas e actividades turísticas desenvolvidas devem promover o respeito pelo património no seu sentido mais lato, quer se trate de arquitectónico, arqueológico, gastronómico, enófilo, folclórico, etc., preservando a entidade cultural e genuína das populações (...). A recolha de métodos de produção ancestrais ou de práticas folclóricas, deve obedecer a critérios rigorosos, por forma a evitar a padronização, a massificação e o empobrecimento cultural, respeitando a entidade cultural específica das gentes e locais”.

11. A proposta de Cohen (1988), que aqui subscrevo, surge no seguimento de uma argumentação crítica face às propostas anteriores de Boorstin (1964) e MacCannell (1973, 1976). No essencial, para este último a mercadorização da cultura traduzia-se numa perda de sentido para as populações locais e numa perda de “autenticidade” para os turistas, por ele concebidos como cidadãos ocidentais à procura, nos mundos dos outros, de uma “autenticidade” perdida. Esta perspectiva, que influenciou a produção das ciências sociais nas décadas de 70 e 80, não resistiu a um pensamento crítico ancorado na observação da realidade etnográfica. Cohen representa de algum modo essa nova abordagem, mais complexa e menos maniqueísta, que apesar de não prescindir de uma atitude crítica lê o turismo como uma prática produtora de formas específicas de relacionamento social e de formas também específicas de produção cultural.

12. A questão do património da área metropolitana de Lisboa será abordada, a partir deste momento, com base numa interpretação de dois tipos de materiais: os textos de apresentação dos municípios publicados na obra “Área Metropolitana de Lisboa - Anos de Mudança” (Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa, 2001) e assinados pelos respectivos presidentes, e o material (folhetos, livros, etc.) de apresentação dos municípios destinado aos turistas, publicados pelas câmaras e pelos organismos oficiais. As citações dos textos dos presidentes dos municípios referem-se sempre à obra atrás citada.

O presente texto não pretende ser exaustivo, nem no que diz respeito à cobertura do território, nem no que diz respeito às questões que podem ser levantadas a partir da observação das aplicações do conceito de património. Pelo contrário, procura evitar as questões da classificação e recuperação do património, habitualmente estudadas por outras disciplinas que não a antropologia, para se centrar noutras mais laterais, ligadas aos sentidos que as populações destituídas de um grande património monumental dão ao conceito.

13. Ver Mapa X.3: os concelhos de Sintra e de Sesimbra possuem a presença relativa mais forte de território classificado como “Monumento natural”.

14. É o caso do “Parque Natural Sintra-Cascais”, da “Reserva Natural do Estuário do Tejo”, da “Reserva Natural do Estuário do Sado”, do “Parque Natural da Arrábida” e da “Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica”.



Fotografia X.4 Parque Natural da Arrábida, Setúbal

Com o passado embalado pelas águas do rio Tejo e associado a todas as histórias e rituais da marinhagem, é natural que, entre os elementos dominantes da iconografia da Moita, se encontrem os barcos (...) Personagens destacadas dos festejos da senhora da Boa Viagem, as embarcações tradicionais denominadas “fragatas”, “varinos” e “faluas”, sulcam de cores vivas as águas do rio, maravilham o olhar dos visitantes e povoam desde sempre o imaginário das gentes deste Concelho que se espelha no Tejo (Publicação da Região de Turismo Costa Azul – Moita, 1999).

Como foi referido, estas paisagens correspondem a formas específicas de conceber a natureza e, conseqüentemente, a formas específicas de se relacionar com ela. As práticas de experiência ritual da paisagem – os “passeios de domingo”<sup>15</sup>, as viagens turísticas e as festas de cariz popular – associam-se a representações espaciais partilhadas por grupos sociais específicos, que reclamam uma relação de posse não só para com os territórios, mas também para com as formas paisagísticas dos mesmos. A existência de uma paisagem “protegida” passa por isso por negociações entre diferentes representações do território. Como estas estão frequentemente associadas a formas de conceber a exploração dos recursos naturais, é previsível que as diferentes concepções de paisagem que surgem nas referidas negociações correspondam a interesses de grupos diferenciados.

## 2. SIMPLIFICAR O PASSADO PARA UNIFICAR O PRESENTE

A forma desordenada que, a partir dos anos 60, o território metropolitano foi tomando pode justificar, por necessidade de contraponto, a presença da ideia de paisagem na construção dos discursos identitários, tal como pode em parte justificar, também por necessidade de contraponto, o uso de retóricas que se socorrem de uma representação positiva do passado para pensar o presente e projectar o futuro<sup>16</sup>. Como David Lowenthal demonstrou, esses mecanismos narrativos, porque se associam às negociações identitárias que estão em curso no presente, acabam sempre por se traduzir, na medida em que o fragmentam, o reorganizam e o interpretam, na transformação do passado:

*Alteramos o passado, tanto para nos tornarmos parte dele, como para dele nos apoderarmos (Lowenthal 1986: p. 331).*

A elisão da diversidade social do passado, com vista à obtenção de um discurso identitário unificador, é uma das táticas discursivas mais comuns. Face à multiplicidade, e por vezes à incompatibilidade, dos grupos sociais que se querem ver representados pelo discurso identitário, a narrativa dá forma a figuras que por aparecerem como simbolicamente unificadoras estabelecem, pelo menos momentaneamente, o *consensus* politicamente pretendido<sup>17</sup>.

O caso do texto de apresentação de Vila Franca de Xira é, a este respeito, paradigmático. O seu autor “inventa”<sup>18</sup>, em dois parágrafos com referências óbvias aos textos neo-realistas de Soeiro Pereira Gomes e Alves Redol, uma narrativa identitária que une, em torno da figura do “campino”, mundos que são, dos pontos de vista social, económico e cultural, diferenciados: o mundo da beira rio e o mundo das lezírias.

*Tempos houve em que os homens não tiveram tempo de ser meninos. O Tejo marcava o ritmo de uma vida feita de desafios. Embarcados nas fragatas do Tejo e nas faluas que enxameavam os esteiros, os meninos aprendiam a nadar antes de saber andar. Feitos homens antes do tempo, coloriam as mais pitorescas fotografias da região, encavalitados nos briosos cavalos lusitanos que enfrentavam touros enraivecidos, protegidos por coletes vermelhos. Com o passar dos anos, o Campino e o seu barrete tornaram-se um símbolo da região (Vila Franca de Xira – Rosinha, 2001: p. 121)*

A construção de uma unidade simbólica, claramente associada à transformação do campino em emblema étnico, socorre-se também de alguns mecanismos de objectificação da cultura. Como já vimos, tal como Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada, Vila Franca de Xira aposta na patrimonialização da cultura ribeirinha<sup>19</sup>. Nesse contexto, foi recuperado um barco varino que hoje é utilizado para passeios turísticos organizados pelo Museu Municipal. As fotografias de promoção turística desse barco mostram uma pintura onde figura, no interior de uma moldura de flores e arabescos e sobre um fundo de paisagem de beira rio, um campino montado a cavalo<sup>20</sup>. A utilização da eficácia simbólica de práticas festivas é outra das táticas utilizadas para



Fotografia X.5 Varino Liberdade, Vila Franca de Xira

dar existência à figura do “campino”. Durante as festas do “Colete Encarnado” desenvolve-se uma série de práticas performativas que já se inserem numa dinâmica de mercadorização da cultura claramente direccionada para um hipotético contexto de circulação internacional de turistas<sup>21</sup>.

*Vila Franca de Xira é, por muitos, apelidada de “Sevilha Portuguesa” (...). Uma fama atestada pela criação e lide de Cavalos e Toiros e pela manutenção de uma figura única, como é a do Campino. Elementos que constituem uma trilogia harmoniosa e reforçam a sua vocação de zona de turismo cultural, típica, original e genuína (Idem: p. 123)<sup>22</sup>.*

15. “A Área Protegida Cascais-Sintra tornou-se local de peregrinação das populações metropolitanas nos passeios dominicais” (Cascais - Judas, 2001: p. 45).

16. Os textos de apresentação dos municípios que integram a área metropolitana de Lisboa, assinados pelos respectivos presidentes, são, a esse respeito, exemplares pois utilizam, de formas diversas mas recorrentemente, o referido mecanismo de convocação do passado. Vejam-se alguns exemplos:

“Rico de tradições, o Montijo é um Município que soube preservar a memória, sem deixar de olhar de frente para o futuro” (Montijo - Antunes, 2001: p. 75).

“Sesimbra é também Município solidário, onde a preservação da memória colectiva vai a par com a atenção ao presente e aos problemas dos segmentos mais carenciados da população (...)” (Sesimbra - Penim, 2001: p. 103).

“Vila-Castelo”, Palmela é local de tradição e inovação. Terra de gente que faz da tradição um modo de estar, ao mesmo tempo que assume o desafio de um progresso que vive do debate e da procura consensual de soluções” (Palmela - Sousa, 2001: p. 91).

“(…) a Azambuja rentabiliza as suas potencialidades sem descaracterizar o passado (...)” (Azambuja - Oliveira, 2001: p. 31).

“(…) o Município de Alcochete (...) ganha poder de atracção na fixação de novos habitantes e adquire um maior impulso na reconversão das actividades tradicionais, apostando numa abertura ao progresso que preserve os traços mais positivos da sua identidade cultural” (Alcochete - Boieiro, 2001: p. 12).

17. “A história continuamente talhada à medida das nossas concepções é cada vez mais uma iniciativa conjunta; o vosso passado assemelha-se ao meu, não apenas por partilharmos um património comum, mas também porque o alterámos por acordo comum. Mas este consenso fabricado é altamente evanescente” (Lowenthal, 1986: p. 362).

18. O termo “inventa” surge aqui por analogia à utilização que dele fez Hobsbawm (1983) ao falar de “invenção da tradição”.

19. “Em 1999, a Câmara Municipal do Barreiro adquire o varino Pestarola com vista à salvaguarda e preservação do património cultural e ambiental: assim a recuperação e o restauro desta embarcação tradicional do Tejo, integra-se nas políticas da Autarquia em resgatar antigos saberes artesanais, ligados à construção naval em madeira, e em transmitir técnicas tradicionais de navegação à vela” (Desdobraível promocional do barco varino Pestarola).

20. O primeiro nome do referido barco, construído em 1945, foi justamente “Varino”.

21. Sandra Oliveira (2000), num trabalho recente intitulado “Edificação da Imagem do Campino (1933-1950)”, mostra como a referida imagem foi sendo construída e negociada ao longo do tempo. A criação, em 1932, da festa do Colete Encarnado iniciou um longo processo de “invenção de uma tradição” que passou pela utilização da figura do campino pelo Estado Novo, que o transformou num símbolo regionalista com impacto ideológico à escala nacional, e que hoje vive uma recentração sobre o grupo profissional a que está ligada, paralela, como temos vindo a verificar, de uma colocação no interior de processos mais globais de objectificação da cultura e de afirmação da identidade local.

22. Como Erik Cohen (1988) demonstra, o campo semântico da autenticidade, que podemos remeter para a oposição moderna entre o mundo ocidental, tido por não autêntico, e os mundos tradicionais, pensados como autênticos (Appadurai, 1986), é socialmente construído, o que significa que as conotações, que aqui se querem positivas, de palavras como “típico”, “original” e “genuíno”, não podem ser tidas como “dados”, mas antes como sentidos construídos no interior de negociações culturais e identitárias.

A figura do “campino”, presente – de forma mais ou menos evidente – em todos os concelhos que mantiveram a produção de gado bravo, surge, no interior da área metropolitana de Lisboa, como um dos casos mais marcantes de presença da figura humana em processos de etnicização. Transformados num emblema étnico, os homens do Ribatejo apresentam-se a si próprios, sobretudo em situações rituais, como “objectos” representantes de uma cultura, deslocando-se assim do terreno complexo e imprevisível da vida quotidiana, para o terreno mais seguro, porque já coreografado, da encenação de uma vida “tradicional” que, no essencial das suas componentes, já desapareceu<sup>23</sup>.

Um leque alargado de fotos de campinos destinadas à promoção turística – publicações da Região de Turismo do Ribatejo (Azambuja), da Região de Turismo da Costa Azul (Alcochete) e da Comissão Municipal de Turismo de Vila Franca de Xira – permite encontrar as componentes formais do emblema étnico: montados no cavalo, os homens fotografados exibem verticalidade na postura, graficamente prolongada pela linha constituída pelo pampilhinho, e segurança no olhar controladamente dirigido para a câmara. A componente narrativa (que neste caso é também ideológica) do “boneco” mediático surge nos textos que acompanham as fotografias atrás referidas:

*Personagem por excelência deste labor com traços e passes de heroísmo é o campino. Alma destemida, cavaleiro exímio e dançarino alegre e folgazão sempre que o momento o justifica, o campino exhibe com garbo os seus trajes coloridos e a sua mestria equestre (Publicação da Região de Turismo da Costa Azul – Alcochete, 1999).*

Mas se o campino surge como a personagem que mais obviamente ilustra, no contexto da área metropolitana de Lisboa, o envolvimento de pessoas em processos de etnicização, não deixam de existir outras que, apesar de menos evidentes, podem vir a assumir o mesmo papel. É o caso do “saloio”. De contornos menos definidos que a figura do “campino” e, por isso, mais difícil de objectificar, a figura do “saloio” é hoje convocada para a formação dos discursos identitários dos concelhos de Loures<sup>24</sup> e de Sintra, assim como do recentemente criado concelho de Odivelas<sup>25</sup>.



Fotografia X.6 Saloios, Odivelas



Fotografia X.7 Campino, Vila Franca de Xira

Para lá da vitalidade cultural que comporta e das reconhecidas potencialidades simbólicas que possui, este tipo de manipulação da cultura de cariz popular contém riscos óbvios, claramente enunciados por Patricia C. Albers e William R. James:

*Em muitos dos espaços turísticos onde a etnicidade se tornou um pólo de atracção, a verdadeira história de um povo encontra-se frequentemente enredada na linguagem altamente abstracta e generalizada do “património cultural” (Trigger, 1980) e da “tradição cultural”. Muitas das vezes, esta linguagem reduz as pessoas ao artesanato que fazem, às danças que executam, ou aos trajes exóticos que envergam (Albers e James, 1988: p. 153).*

*Ao fazer com que as fantasias seculares pareçam “reais”, este encadeamento não só ofusca uma consciencialização histórica crítica, como cria as mesmas condições que produzem a “amnésia histórica” nos tempos modernos (cf. Berger, 1980: p. 213) (Idem: p. 154).*



Fotografia X.8 Salineiros, Alcochete



Fotografia X.9 Moinho de Maré de Torre, Seixal

A patrimonialização pode também surgir associada à formação de um discurso sobre a história recente que dê visibilidade à cultura material de grupos sociais tradicionalmente arredados das concepções mais monumentalistas do património<sup>26</sup>. Isto acontece com objectos da cultura popular de cariz rural e artesanal, e também com objectos de culturas industriais em desaparecimento. Alguns dos concelhos da margem Sul do Tejo são exemplo das duas situações, visto que têm vindo a recuperar, em simultâneo, vestígios de um passado profissional ribeirinho, ligado à produção salineira, à pesca e à moagem, e vestígios de um passado operário associado a grandes estruturas industriais<sup>27</sup>. Podemos falar, em ambos os casos, de resistência, por via de uma actividade cultural, ao trauma do desaparecimento repentino de uma série de actividades profissionais que deram existência a grupos sociais específicos e que, conseqüentemente, deram forma às suas identidades<sup>28</sup>.

23. Este tipo de prática cultural foi sujeito a diferentes interpretações no contexto dos trabalhos sobre o turismo. A perspectiva mais tradicional separa a vida real e autêntica (que se passa nos bastidores) da representação realizada para os turistas (que se passa em lugares que assumem a função de um palco) (MacCannell, 1973 e 1976), enquanto as perspectivas mais recentes (Cohen, 1979) procuram encontrar os sentidos culturais das lógicas de “apresentação” de si que implicam a encenação de práticas (profissionais, religiosas, etc.) já desaparecidas da vida quotidiana das pessoas que as representam.

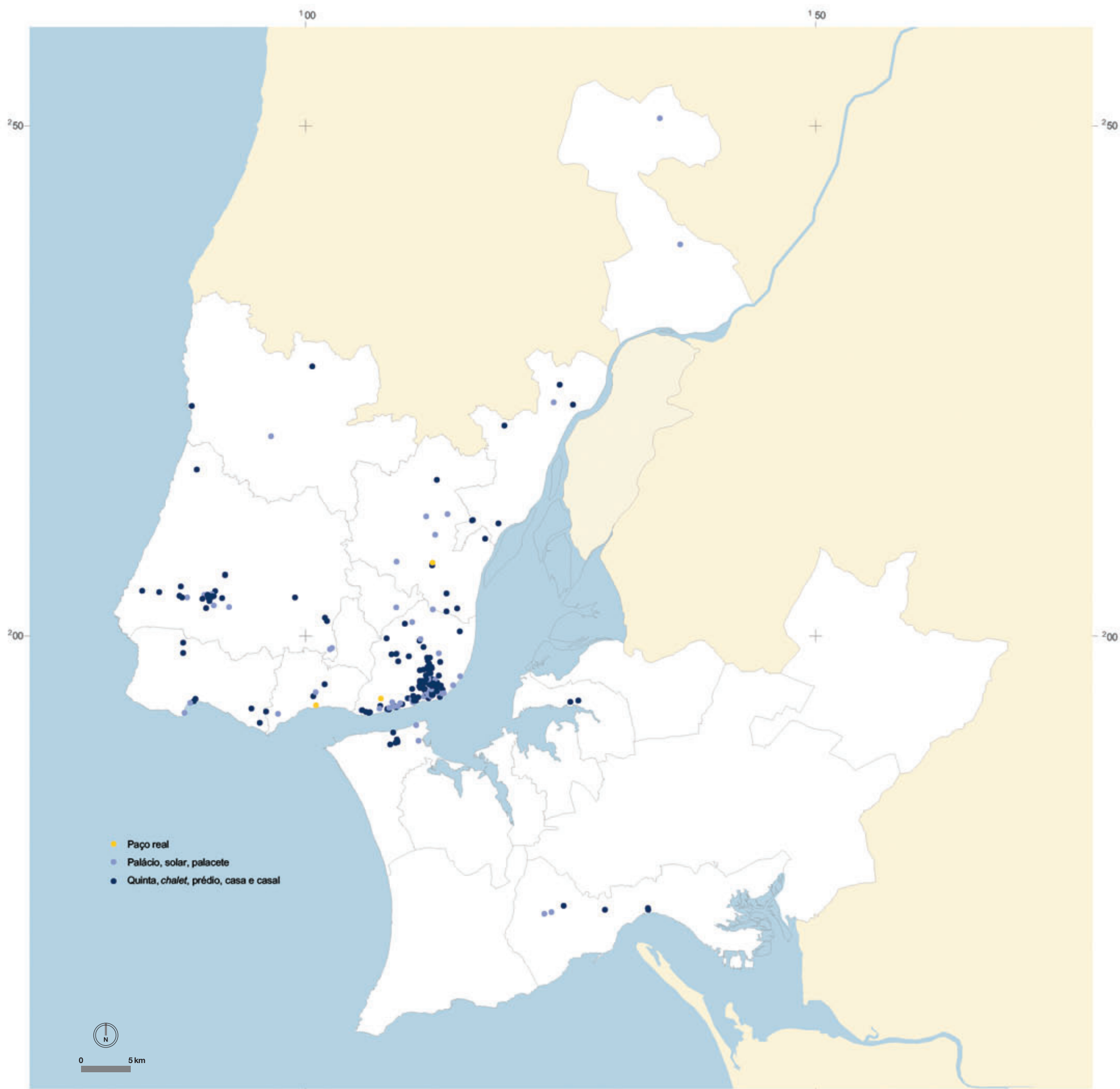
24. “Ser saloio é uma postura que se tem valorizado com o correr dos anos desde o seu significado inicial de “habitantes das zonas rurais dos termos de Lisboa” (Loures - Barata, 2001: p. 55).

25. A divisão do Turismo da Comissão Instaladora do município de Odivelas publicou um pequeno livro de apresentação do concelho. Nele se dedica uma página à cultura saloia, ilustrada com uma foto de duas miniaturas, uma que representa uma mulher a lavar roupa e outra um homem com um cântaro.

26. Ver Mapa X.10: os concelhos da margem Sul do Tejo - com excepção, mas sempre com presenças pouco numerosas, de Almada, Setúbal e Montijo - não possuem o tipo de património que habitualmente associamos às elites aristocráticas.

27. Ver Mapa X.4: Seixal, Barreiro e Almada possuem patrimónios classificados como “Arquitectura industrial” que, no interior do conjunto dos respectivos patrimónios classificados, têm um lugar muito significativo.

28. Llorenç Prats (1997) fala, referindo-se a situações do mesmo tipo, de “musealização da frustração”.



Mapa X.10 Arquitectura civil residencial classificada. 2001

Os lugares dessa memória profissional, na maioria implantados a Sul do Tejo, mesmo em frente ao olhar de Lisboa, estão por isso a ser sujeitos a uma requalificação simbólica que os tenta colocar a par do património monumental da capital do País<sup>29</sup>. É o caso das instalações da C.U.F. – que incluem, para lá dos núcleos de produção industrial, os bairros operários e o mausoléu de Alfredo da Silva – inseridas num itinerário do património do Barreiro. O objectivo de dar forma patrimonial a uma memória profissional manifesta-se neste caso a vários níveis, incluindo a arqueologia, o urbanismo e as práticas artesanais. A construção de um olhar sobre a História faz-se colocando o trabalho no centro da narrativa: o forno cerâmico dos séculos XV e XVI, tal como a produção artesanal de barcos ou a produção industrial de produtos químicos, incluem-se numa mesma narrativa identitária, finalizada pela figura unificadora de “um Barreiro operário a tempo inteiro”<sup>30</sup>.

A questão da construção de uma memória operária coloca-se aqui de forma evidente. A patrimonialização dos edifícios das indústrias desaparecidas surge a par da criação de uma narrativa identitária glorificante, que passa pela tradicionalização de algumas das práticas colectivas das populações envolvidas.

*Os contingentes de migrantes, provenientes, sobretudo, das planícies do Sul, transportam consigo a força de trabalho e uma importante tradição comunitária, a qual, no ambiente fabril, transforma-se em tradição associativa e mutualista. A história do Barreiro é, também, a história dos movimentos sociais e operários em Portugal (Barreiro – Canário, 2001: p. 36).*

*A tradição associativa e a força do movimento operário marcam o ritmo da vida social no Seixal. É uma tradição de solidariedade fiel à sua história e marcada pela consolidação dos equipamentos de uso colectivo, locais privilegiados de encontro comum (Seixal – Monteiro, 2001: p. 97).*

Face a um mundo que se desmorona e que, ao mesmo tempo, se diversifica, os presidentes do Barreiro e do Seixal parecem querer responder com uma narrativa apaziguadora, apoiada na memória das práticas associativas e comunitárias das populações operárias.

*Porque já acabou, o passado pode ser ordenado e domesticado, conferindo-lhe uma coerência alheia ao presente caótico e em mudança. Agora, já nada no passado pode correr mal (Lowenthal, 1986: p. 62).*

### 3. COMPLEXIFICAR O PASSADO PARA NÃO FUGIR AO PRESENTE

O confronto das fotografias de divulgação turística com as imagens que retive depois de algumas viagens pela margem Sul do Tejo colocou-me face a dois mundos distantes. Um mundo de outros tempos, povoado por homens brancos vestidos de campinos, de barqueiros, de artesãos e de operários, e um mundo de hoje, real, em que vivem jovens negros, semelhantes a outros, que percorrem as ruas de Nova Iorque, Londres ou Paris, homens eslavos que ao fim da tarde correm, sujos de pó e de tinta, para os barcos de regresso a Lisboa, famílias que parecem estar sempre em trânsito, dentro de carros, autocarros e comboios. A realidade é obviamente muito mais complexa e fragmentada do que as imagens turísticas – que, como vimos, encontram correspondentes em narrativas veiculadas por discursos políticos – podem fazer pensar.

Mas há excepções, há pelo menos uma excepção. O texto do presidente da Câmara Municipal da Moita revela uma táctica de construção da narrativa identitária que se situa noutra lugar. Neste caso a opção não terá sido simplificar o passado para produzir uma narrativa identitária unificadora, mas antes veicular uma imagem complexa do passado para assim poder enfrentar a diversidade do presente<sup>31</sup>.

*À tradição ribatejana, há muito sedimentada nas profundas relações do homem com a lezíria e com o rio, acrescentou-se a vivência operária. Depois chegaram, de África, ricas e heterogéneas influências culturais. Também a cultura cigana emerge no Município, reforçando o mosaico cultural que enriquece o património do Concelho (Moita – Almeida, 2001: p. 69).*

A presença de uma diversidade étnica que não se coadunaria com uma narrativa identitária fixada em torno de um emblema étnico ou de uma memória de um grupo profissional é aqui trabalhada por um discurso político que se socorre, tal como os municípios vizinhos, da tradicionalização da solidariedade comunitária e do associativismo, mas, neste caso, para construir uma representação deliberadamente não monolítica do concelho.

*A todos o Município acolheu solidariamente, criando uma das mol-duras culturais mais multifacetadas e vigorosas do espaço metropolitano (Moita – Almeida, 2001: p. 67).*

Em paralelo, assiste-se a uma utilização etnicamente diferenciada dos mecanismos de patrimonialização das festividades populares. Touradas, festas religiosas ligadas ao mar e festas africanas são apresentadas em paralelo como momentos de afirmação da complexa identidade multicultural do concelho<sup>32</sup>.

A referência ao concelho da Moita, aqui apresentado como exemplo de um tipo de discurso identitário que assenta mais na percepção da diversidade do que na redução desta, serve para introduzir a questão dos mecanismos de exclusão cultural utilizados pelos discursos (e seguramente pelas práticas) do poder. Como foi referido anteriormente, as lógicas de patrimonialização correspondem, no essencial, a dinâmicas de representatividade simbólica de pessoas e grupos e, nesse sentido, são construídas no interior das guerras culturais que envolvem os diferentes grupos que constituem uma sociedade. Se pensarmos na área metropolitana de Lisboa, não é difícil perceber que uma parte significativa da sua população se encontra arredada dos mecanismos de representação em causa.

O Mapa X.11, “Local de encontro de grupos de *hip hop*. 2001”<sup>33</sup>, ilustra uma das dimensões dessa problemática. A expressão *hip hop* designa

*uma cultura de rua que compreende práticas de cultura expressiva como o break dance e o graffiti, assim como uma estilização da aparência, a partilha de um repertório de gestos e de uma linguagem vernacular (Cidra, 1999: p. 1).*

Com origem em Nova Iorque, num contexto de relações culturais que incluiu afro-americanos e populações originárias das Caraíbas, o *hip hop* acabou por se difundir, surgindo hoje como uma cultura que se manifesta, em versões que resultam dos novos contextos de produção cultural em que se desenvolve, em quase todas as capitais do mundo globalizado. O Mapa X.11, que assinala os principais centros de encontro das pessoas ligadas a essa cultura, mostra que ela está presente em toda a periferia de Lisboa,

desenhando uma mancha cartográfica que parece ser organizada pelas vias de comunicação. A proximidade de “zonas habitacionais degradadas” indicia uma ligação social a grupos de africanos-portugueses que os dados etnográficos confirmam, mas a proximidade de bairros habitados por brancos-de-classe-média indicia uma ligação a outro tipo de grupos sociais que a etnografia também confirma. Apesar das suas fortes ligações simbólicas ao continente africano, trata-se de uma cultura de rua que é, socialmente, muito abrangente.

Os estudos existentes mostram que o *hip hop* é um terreno cultural particularmente vocacionado para o desenvolvimento de narrativas que se integram em tácticas de construção de identidades étnicas, de geração e de bairro. Estamos por isso face a uma dinâmica que tem pontos de contacto com os fenómenos que temos vindo a abordar – tal como eles, é produtora de formas de expressão que se associam à construção de discursos identitários – mas que, no essencial, se situa noutra lugar. A afirmação e legitimação da cultura de um grupo desenrola-se, no caso do *hip hop*, na rua, no exterior das práticas oficiais de patrimonialização. No entanto, tal como outras manifestações culturais, ele corresponde a um verdadeiro património – no sentido em que corresponde àquilo que as pessoas sentem ser sua pertença – transmitido e renovado por cidadãos que provavelmente se sentem exteriores a tudo aquilo que lhes é proposto como o património possível. É por isso que cartografar o património da área metropolitana de Lisboa passaria ainda, necessariamente, pela difícil tarefa de localizar todas as manifestações culturais que tornam presentes os passados das pessoas que a habitam.

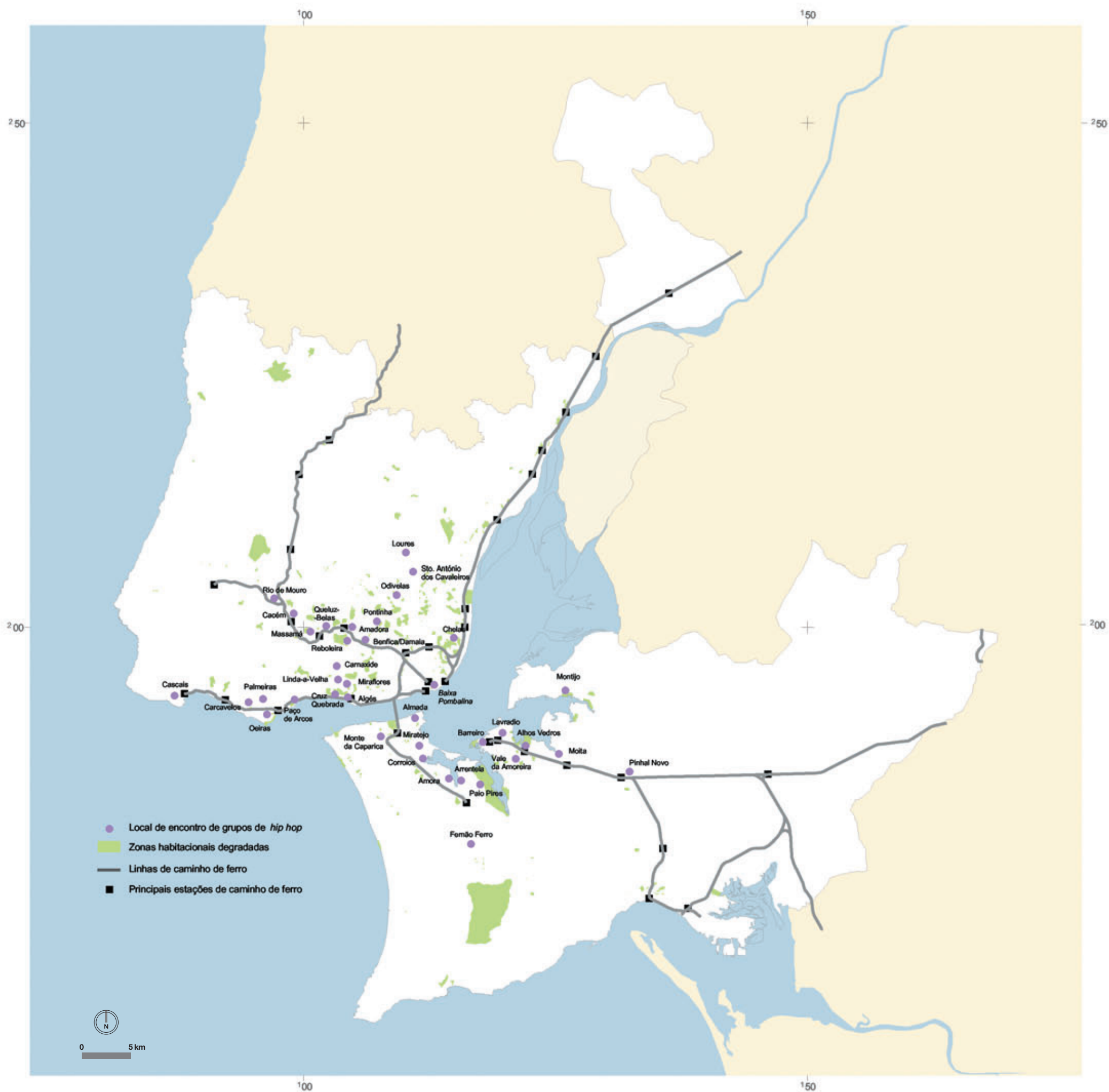
29. O texto da presidente da Câmara Municipal de Almada revela a presença desse tipo de afirmação cultural e identitária: “Nas praias fluviais, a paisagem transforma-se com a construção de impressionantes monumentos ao trabalho industrial, unidades que acolhem centenas de operários especializados e que desenvolvem as suas actividades no âmbito de uma complexa organização do trabalho” (Almada - Sousa, 2001: p. 18).

30. A presença de uma “opção de classe” na construção da narrativa identitária encontra-se também no texto do presidente da Câmara Municipal de Cascais. Neste caso, a imagem do concelho socorre-se não do trabalho, mas do lazer, associando a sua identidade à elite que o habita e afastando, em paralelo, outros grupos sociais: “A construção da marginal (...) a partir da década de 40, consolidada a escolha do Município para residência permanente das famílias mais abastadas.” E, no parágrafo seguinte, depois de referir os “núcleos de povoamento desordenado”: “atraíndo também populações de menos posses para a área do Concelho” (Cascais - Judas, 2001: p. 42).

31. O texto da presidente da Câmara Municipal de Sintra manifesta também uma atenção consciente a esta problemática. Apesar da presença do património erudito ser inquestionável, a narrativa evoca uma interacção entre a cultura erudita, a cultura de cariz popular e os estilos de vida cosmopolitas, fazendo assim com que os habitantes, na sua diversidade, se possam reconhecer na narrativa patrimonial: “Capital do romantismo português, Sintra manteve-se fiel às suas profundas raízes saloias, ao mesmo tempo que equilibrava sabiamente uma forte e milenar identidade cultural com os vigorosos e diversificados desejos de conhecimento e de lazer das novas populações metropolitanas” (Sintra - Estrela, 2001: p. 115).

32. Veja-se uma citação retirada do desdobrável de promoção turística do concelho, na parte referente às tradições da freguesia do Vale da Amoreira: “A Semana Cultural Africana, que se realiza habitualmente no início de Julho, começa a afirmar-se como um importante momento de encontro entre culturas e animação da freguesia”.

33. O Mapa X.11 foi realizado com a colaboração do antropólogo Rui Cidra, autor da obra “Representar o *hip hop* - o papel do rap na formação de identidades e novas práticas culturais na área metropolitana de Lisboa” (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999), a quem aqui agradecemos.



Mapa X.11 Local de encontro de grupos de *hip hop*. 2001

O texto que agora finalizo foi construído a partir de uma proposta de trabalho que associava, num mesmo título, e portanto numa mesma problemática, as palavras “património” e “identidades”: partindo de uma série de mapas relativos ao património da área metropolitana de Lisboa pretendia-se pensar a questão do papel deste na criação de uma “identidade metropolitana”. Parece-me que ao longo do texto se foi tornando claro que existe uma relação óbvia entre patrimonialização e negociação identitária e que ambas as dinâmicas – aqui articuladas, mas passíveis de serem pensadas isoladamente – se espacializam a diversas escalas. Por isso penso que, a existir, a “identidade metropolitana” será construída no interior de uma complexa negociação que implicará, também ela, a presença de diferentes escalas de pertinência social e cultural. O papel de cidade aglutinadora, que Lisboa provavelmente já assume por via funcional, deverá ser reforçado pela criação de um sentimento de pertença que ligue simbólica e emocionalmente, apesar da diversidade do espaço envolvido, a população da área metropolitana de Lisboa à cidade. Mas, e justamente porque o espaço é económica, social e culturalmente diverso, o reforço desse sentimento terá de ser produzido em articulação com uma multiplicidade de processos de identificação territorial de escala mais reduzida. A criação de uma identidade metropolitana dependerá do equilíbrio que resulte do jogo instável e infinitamente manipulável entre a afirmação das semelhanças e a aceitação das diferenças. Uma metrópole não se pode construir se não conseguir que o sentimento de pertença colectiva que lhe dá existência se produza em simultâneo, mas não em contradição, com outros sentimentos de pertença que por serem mais localizados permitem manter os sentidos das vidas quotidianas de uma parte significativa da sua população.

## BIBLIOGRAFIA

- Albers, P. e James, W.** (1988) - "Travel Photography - A Methodological Approach", «Annals of Tourism Research» (15), pp. 134-158.
- Almeida Flôr, J.** (1995) - "A Paisagem de Sintra: natura, cultura e literatura" in **Ribeiro, J. Cardim** (org.).
- Almeida, J.; Antunes, M.; Barata, A.; Boieiro, M.; Cáceres, M.; Canário, P.; Estrela, E.; Judas, J.; Monteiro, A.; Morais, I.; Oliveira, C.; Penim, A.; Raposo, J.; Rosinha, M.; Santos, J.; Soares, J.; Soares, B.; Sousa, C.; Sousa, M. e Varges, M.** (2001) - *Área Metropolitana de Lisboa - Anos de Mudança*. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.
- Appadurai, A.** (1986) - "Introduction: Commodities and the Politics of Value" in **Appadurai, A.** (org.): pp. 3-63.
- Appadurai, A.** (org.) (1986) - *The Social Life of Things - Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University.
- Berger, J.** (1980) - *About Looking*. New York: Pantheon.
- Berque, A.** (1997) - "En el origen del paisaje", «Revista de Occidente», N.º 189, Febrero.
- Boorstin, O. J.** (1964) - *The Image: A Guide to Pseudo-Events in America*. New York: Harper and Row.
- Cidra, R.** (1999) - *Representar o hip hop - o papel do rap na formação de identidades e novas práticas culturais na área metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- Cohen, E.** (1979) - "A Phenomenology of Tourist Experiences", «Sociology» 13: pp. 179-201.
- Cohen, E.** (1988) - "Authenticity and Commoditization in Tourism", «Annals of Tourism Research», vol.15(3): pp. 371-386.
- Connerton, P.** (1993) - *Como as sociedades recordam* [1.ª ed. 1989]. Oeiras: Celta.
- Handler, R.** (1988) - *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison: The Wisconsin University Press.
- Hobsbawm, E.** (1983) - *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Leal, J.** (2000) - *Etnografias Portuguesas (1870-1970) - Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- Lowenthal, D.** (1985) - *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MacCannell, D.** (1973) - "Staged Authenticity: Arrangements of Social Space in Tourist Settings", «American Journal of Sociology», 79: pp. 589-603.
- MacCannell, D.** (1976) - *The Tourist, a New Theory of the Leisure Class*. New York: Schocken.
- Oliveira, S.** (2000) - *Edificação da Imagem do Campino (1933-1950)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- Prats, L.** (1997) - *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel.
- Ribeiro, J. Cardim** (org.) (1995) - *Património Mundial Sintra*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- Serrão, V.** (1995) - "Sintra, Património Histórico-Natural da Humanidade - A especificidade da "Paisagem Cultural", ou as razões que assistiram a uma candidatura" in **Ribeiro, J. Cardim** (org.).
- Trigger, B.** (1980) - "Archaeology and the Image of the American Indian", «American Antiquity» 45(4): pp. 662-676.
- Wyatt, F.** (1964) - "In quest of change: comments on R. J. Lifton's «Individual patterns in historical change»", «Comparative Studies in Society and History» 6: pp. 384-392.

## FONTES ESTATÍSTICAS

- AML** (2002) - "Património Metropolitano, Inventário Geo-referenciado do Património da Área Metropolitana de Lisboa". *Sistema Metropolitano de Informação Geográfica*. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.
- Câmaras Municipais**, 2001.
- Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais**, 2001.
- Instituto Português de Arqueologia**, 2001.
- Instituto Português do Património Arquitectónico**, 2001.